



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL**

**ATA Nº 01/ 2012**

**SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM**

**28 de fevereiro de 2012**

**PRESIDENTE:** Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

**1º SECRETÁRIO:** Francisco da Silva António

**2º SECRETÁRIO:** Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida



## **Assembleia Municipal de Sardoal**

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Salão Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

#### **Ordem de Trabalhos**

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2. Relatório de Atividades – CPCJ - 2011;**
- 3. Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso;**

#### **Período de Intervenção do Público**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, José Maria Mora de Campos, Joaquim António Lopes Serras, Manuel Paulo de Almeida da Silva, Anacleto da Silva Batista, Júlio Martins Lobato, Carlota Maria Garibaldi Serrão Mora, Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida, Adérito Miguel Gaspar Garcia, José Fernando Amaro Esteves, Maria Arminda da Luz Oliveira, Francisco da Silva António, Pedro Miguel Matos Carreira, Victor Lopes Pires, António Pereira Fernandes, Manuel José dos Santos Serras, Fernando Teresa da Silva. -----

Estiveram presentes os Senhores Vice-Presidente da Câmara, bem como os Senhores Vereadores, Fernando Vasco e Pedro Duque. -----

O Senhor Presidente da Câmara não compareceu por motivos de saúde. -----

Não estiveram presentes os membros da Assembleia Senhores Rui Miguel Vermelho Serras e Luís Patrão Salgueiro, tendo ambos apresentado justificação das faltas, as quais foram aceites. -----

O Senhor Presidente da Mesa fez referência ao encontro promovido pelo Senhor Secretário de Estado, Dr. Paulo Júlio, na Comunidade Intermunicipal, onde se falou acerca do documento verde e da proposta de lei relativa à revisão administrativa, no qual esteve presente e, para o qual foram convidados todos os Presidentes das Assembleias Municipais e Presidentes de Câmara, reunião esta



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

que tinha como objetivo esclarecer questões relativas à revisão administrativa e que, na sua opinião foi frutífera. -----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, mencionando a informação publicada no site da Câmara Municipal, referente às dívidas a fornecedores, na qual se verifica que em 31 do 12 de 2011, existiriam dívidas a fornecedores de outros bens e serviços na ordem dos 590 mil euros com prazo de vencimento superior a 360 dias, ou seja, se se está um ano ou mais atrasado, sendo que nesta rubrica, outros bens e serviços, um total de novecentos mil euros de valor em dívida e, por outro lado tem-se outros investimentos num total de 105 mil euros, 51 mil a mais de 360 dias, gostaria que o Senhor Vice-Presidente explicasse que valores são esses, a que é que se referem, se se tratam de obras que por algum motivo foram financiadas por qualquer outro programa ou não e, a que é que se devem estes atrasos. -----

Continuou fazendo referência à política social que de alguma forma a Câmara Municipal, sempre tem transmitido, que tem desenvolvido nos seus grandes cavalos de batalha, veio-se a saber agora e segundo informação que foi prestada em reunião de Câmara Municipal, no seguimento de uma proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista para a criação de um programa de comparticipação de medicamentos a pessoas idosas a partir dos 80 anos, veio-se a saber que efetivamente a política social que a Câmara Municipal, que o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente tanto têm feito sua bandeira, afinal resume-se a alguns números que o surpreenderam pela negativa, não que não fique contente por haver poucas pessoas ou poucas famílias que precisem de apoio mas porque lhe parece que esta não é de facto a realidade do concelho, ficando na dúvida se não se estará a fazer pouco nesta área e, segundo informação que foi prestada em reunião de Câmara Municipal, o número de famílias carenciadas que a Câmara Municipal apoia atualmente são onze famílias, ou seja, cerca de quarenta pessoas. A loja social prestou apoio a cento e quatro cidadãos e de um universo de mil e setenta e oito pessoas com idade superior a 65 anos só cento e cinquenta têm Cartão do Idoso, estes são os números transmitidos em sede de reunião de Câmara Municipal. Assim, parece ao Partido Socialista, que de facto, muito se aprega mas pouco se fala, questionando a razão de serem estes os números, será por efetivamente não existirem mais famílias carenciadas e se afim for, melhor para todos, ou é porque efetivamente algum trabalho não está a ser feito, nomeadamente na



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

sinalização de casos que efetivamente são carenciados mas por qualquer motivo não estão devidamente apontados. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras, referindo-se à questão do apoio social, que lhe parece não ser assim tão negro como o seu colega está a colocar a questão, achando que a Câmara tem desenvolvido um bom trabalho neste sentido e, nesta altura de crise em que o apoio social é mais necessário e, também gostaria de ouvir o senhor Vice-Presidente dizer algumas palavras sobre o assunto que, de certa forma não serão tão sombrias como está a passar o Senhor deputado. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo pedindo um esclarecimento a propósito da situação da Barragem da Lapa, pois leu na ata da reunião de Câmara de janeiro, que a empresa Lena Construções questionava a Câmara se autorizava que fosse consultada a entidade Tetraplano, para fazer o projeto de obra para a situação de falha de construção que a Barragem apresentava neste momento e que a Câmara declinou a responsabilidade sobre essa autorização, ou seja, considerou que a Câmara não tinha que se pronunciar sobre se autorizava essa empresa ou não a fazer, pois a responsabilidade é do Grupo Lena, querendo saber qual o ponto da situação, porque parece que não é bem assim. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente e, respondendo ao Senhor deputado Adérito Garcia, disse haver um volume de dívida a mais de 360 dias e, está no site da Câmara pois é uma imposição do Estado, as quais têm a ver com dívidas à ADSE, com a Comunidade, com um conjunto de dívidas que estão a ser pagas. Relativamente à ADSE, os 350 mil euros, espera-se que em julho esteja paga, existindo também vários planos de pagamento, nomeadamente, para a Rodoviária Nacional existe um plano de pagamento que está a ser cumprido rigorosamente, também existe um plano de pagamento para a EDP, estando a Câmara a cumprir com os mesmos e a reduzir substancialmente a dívida, claro que não a um ritmo que todos gostariam mas, neste momento a dívida não está a aumentar, pelo contrário está a baixar, a curto prazo também bastante. É claro que se está numa situação, que não sendo de total asfixia financeira, claro que é uma situação que obriga a um grande rigor e uma boa gestão para que consigamos responder aos compromissos, havendo também imposições legais no que concerne às dívidas a mais de 90 dias que têm de ser pagas o mais brevemente possível. -----

Sobre as políticas sociais, os números são aqueles que se têm, é verdade que são cento e oitenta que usufruem do Cartão de Idoso e não cento e cinquenta como tinha dito em reunião de Câmara. A Câmara tem de fazer tudo para aqueles que realmente necessitam, sendo verdade que no Sardoal existe uma pobreza envergonhada muito grande e a Câmara também tem outras formas de apoiar, que



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

não foram faladas e que é o exemplo do apoio que se tem em articulação com a escola. Existem crianças que têm o suplemento alimentar, existem situações que aparecem de urgência até mesmo ao fim de semana e que, em conjunto com os parceiros sociais, tem-se conseguido dar resposta. Claro que não gostaria que o número fosse maior, o que gostaria é que, todos aqueles que precisam pudessem chegar à Câmara, a qual tudo fará para que as pessoas tenham conhecimento de que há disponibilidade para as ajudar, sem que com isso se faça publicidade e, não é fácil publicitar este tipo de ações, as quais têm sido feitas no Conselho Local de Ação Social, com os parceiros, com as Associações, as quais são locais privilegiados para detetar este tipo de problemas. Este é um trabalho de todos e, ninguém ficará por ser ouvido e ajudado se assim necessitar. -----

A Câmara tem um conjunto de projetos e, foi a discussão na última reunião de Câmara, o facto de se ter aumentado o valor de acesso à Loja Social, o qual passou para 65% do IAJ, ou seja, a Loja Social, estava aberta a famílias cujo rendimento per capita rondava os 175€ e beneficiários carenciados, e aumentou-se em fevereiro do ano passado para 250€. Neste momento o que se fez, foi passar para 65% do IAJ, ou seja, todas as famílias que per capita tenham um rendimento até 272€, têm direito a este conjunto de benefícios que a Câmara disponibiliza. Atenção que existem situações que vão para além disto, existem situações de famílias cujo rendimento per capita pode ser superior a este valor mas que comprovadamente são situações em que estão em situação de carência ou necessidade e a Câmara não deixa de apoiar. Brevemente a Câmara irá inaugurar/ reabrir a loja social na entrada do Sardoal, na zona das Olarias, é uma loja que tem roupa e o projeto a ser desenvolvido é um projeto em que todas as pessoas podem colaborar, a loja irá ficar aberta a qualquer pessoa, ou seja, quem quiser pode lá ir, por exemplo, uma pessoa quer um casaco, o qual terá o custo de três quilos de arroz e três pacotes de salsichas, porque se verifica uma necessidade em produtos alimentares, assim, os produtos serão “vendidos” em troca de produtos alimentares. Infelizmente o que se está a atravessar não será suficiente para chegar a todos, mas depende de todos estarem atentos e fazerem chegar problemas graves, os quais têm aparecido, inclusive pessoas à beira do suicídio, uns podem ser apoiados, outros são encaminhados, outros são aconselhados, são situações muito delicadas. -----

Em relação ao projeto e à proposta que não foi aprovada em reunião de Câmara, pela simples razão de que foi uma recusa política, pois entendeu-se que, a partir dos 80 anos não se pode oferecer os medicamentos a qualquer cidadão, independentemente do rendimento que ele tenha. Vivemos num sistema solidário, em que, quem mais tem, tem de contribuir para os que menos têm e, foi com base



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

nesta ideia, nesta forma de pensar que foi rejeitada a proposta. Claro que mais virão, aliás está a preparar-se mais medidas de apoio aos carenciados, sendo certo que é importante estar-se atento a outra situação que é, hoje os carenciados que se conhecem e que estão identificados são pessoas que conseguem ter acesso a uma quantidade de produtos, hoje temos um outro tipo de pessoas necessitadas, são aquelas que se calhar até são da classe média e por causa dos encargos que as pessoas têm, dos compromissos que têm se calhar o disponível per capita é inferior a estes 270€ e, para estes também temos de estar atentos. Sendo certo que é difícil por vezes encontrar uma solução para estes problemas mas é outro tipo de necessidades sociais, outro tipo de carenciados que se vai encontrando e cada vez mais no dia-a-dia. -----

Sobre a Barragem da Lapa, o Grupo Lena perguntou à Câmara se esta tinha algo a opor a que a Tetraplano fizesse o projeto da requalificação da Barragem da Lapa, no início de outubro, esteve numa reunião com a Hidroprojeto, que era a empresa que estava a desenvolver esse projeto e que entrou em insolvência, a Construtora do Lena e a Tetraplano, e nessa reunião foi dito que o projeto iria ser desenvolvido pela Tetraplano e que iria haver contatos com a Hidroprojeto e com os seus técnicos para facilitar essa transferência, mais tarde chegou uma carta a perguntar se a Câmara tinha alguma coisa contra e, o que a Câmara quer é que seja um projeto bem feito, aprovado pelo INAG e exequível, agora se é feito pela Tetraplano ou pela Hidroprojeto ou por outra empresa qualquer, isso não é importante. --

Sobre a situação da Barragem da Lapa, a mesma está ultrapassada e a Câmara não tem nada contra. Houve uma reunião há cerca de 15 dias com o Engenheiro da empresa Lena que tem a Barragem em mãos, em que foi dito e, a Câmara pediu por escrito, que no dia 7 de março vai haver uma reunião entre a empresa Lena e a empresa projetistas Tetraplano, até ao final do mês de março, entrega do projeto de reabilitação da Barragem à Câmara Municipal de Sardoal, no mês de julho de 2012, início das obras de requalificação da Barragem pela Lena Construtores, conclusão da obra, durante o ano de 2012. Esta é a última comunicação feita pela empresa Lena. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo, referindo que o problema é saber quem é que vai pagar esse projeto, porque teve conhecimento, está disponível no site do governo um contrato de ajuste direto entre a Câmara Municipal e a Tetraplano no valor de 12 mil e tal euros. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que esse projeto tem a ver com uma barreira perto do descarregador de cheias que está em risco de ruir e a Câmara não pode deixar que caia, faltando saber de quem é a responsabilidade, a empresa Lena diz que a responsabilidade não é sua, pois tem a ver



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

com a barreira e não com a Barragem propriamente dita, não é obra de requalificação da Barragem, o que tem a ver é a questão do passadiço. O que os engenheiros disseram à Câmara é que é urgente tratar-se dessa obra. A Lei permite que se faça o ajuste direto tendo em conta precisamente a urgência e o que diziam é que o muro iria cair e a obra teria tido de ser feita e, se não for a empresa Águas do Centro a pagar, alguém terá de o fazer e, o que é certo é que a Câmara não podia correr o risco da barreira cair para o descarregador de cheias, isso sim, poderia ser muito mais complicado. Nada tem a ver com a tão falada obra de requalificação da barragem, foi uma situação que apareceu há cerca de três, quatro meses. -----

Continuou o Senhor deputado Manuel Paulo referindo que por acaso é a mesma empresa e por acaso, no seu ponto de vista, é um defeito de construção também, o que deixa algumas dúvidas. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu existir alguma comunicação nesse sentido e que diz que realmente não é defeito de construção, tem a ver com o movimento natural das terras, de acordo com os pareceres que os engenheiros dão e, seja como for, a Câmara não poderia estar à espera que a barreira caísse por não saber quem iria pagar, nesse sentido a Câmara foi pró-ativa. -----

Referiu ainda o Senhor Vice-Presidente que a escolha da empresa Tetraplano tem a ver com o facto de a mesma estar ligada a todos os estudos com todas as medidas, com tudo o que diz respeito à Barragem e, para que não existam mais desculpas de que uma coisa é feita por uma e, outra coisa é feita por outra, a Câmara decidiu que seria esta empresa já que teria todo o processo em mãos e seria mais fácil. -----

### **Ordem de Trabalhos**

**1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara referindo estar disponível para as questões que os Senhores deputados queiram ver esclarecidas. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo-se à ausência na informação sobre o projeto dos esgotos de Panascos, que tem vindo nas outras informações e nesta não, querendo saber qual é o ponto da situação. Outra questão tem a ver com o que o senhor Vice-Presidente disse há poucos minutos, que as dívidas a curto prazo estão a descer, ao que o Senhor Vice-Presidente interrompeu para dizer que não é a curto prazo mas sim a fornecedores. Continuou o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que quando se trata de dívidas há sempre muita confusão, ou é pelo autocarro de 214



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

mil euros, ou é pelas contas meio atribuladas, mas o que de facto é verdade é que quando olhamos para o mapa da situação financeira é que efetivamente as dívidas de médio e longo prazo estão a baixar, mas porque estas dívidas, grosso modo, são empréstimos ao banco e ao banco tem de se pagar e portanto é natural que elas de facto vão descendo. O que o preocupa é que nas dividas de curto prazo, a redução é de facto, algo difícil de ver, porque em termos globais, quer comparemos os dados de 15 de fevereiro de 2012 com 15 de fevereiro de 2011 ou com 15 de dezembro de 2011, não se consegue ver grandes reduções, quer seja pelo total, quer seja aos fornecedores, eventualmente a outros fornecedores de imobilizado, estando-se a falar de dividas já muito antigas porque normalmente aqui inclui-se equipamentos, material etc.e, ainda que o senhor Vice-Presidente tenha falado em planos de pagamento e ainda bem que eles existem, pois sobre o assunto já se falou em diversas sessões, o que é certo é que a 15 de fevereiro e salvo melhor informação, não se vê grandes resultados. Interrogou ao Senhor Vice-Presidente o que se passa efetivamente com as dívidas, ainda que daqui a um ou dois meses se poderá apurá-las pelo menos em dezembro, de forma mais clara, pois deve ter-se acesso aos documentos finais, à conta de gerência e aí sim, as dúvidas serão esclarecidas. -----

Interveio o Senhor Vice-Presidente dizendo que, quando o Senhor deputado falou no autocarro, pensou que se estivesse a referir à pergunta que fez há duas reuniões atrás, pondo em causa as contas da informação do Senhor Presidente, tendo até feito um requerimento à Câmara e ao qual foi dada resposta tendo-se verificado que o senhor deputado tinha razão, não se tendo falado mais sobre o assunto. Continuou o Senhor Vice-Presidente referindo que estes números não o satisfazem. Na verdade a Câmara teve um primeiro semestre em 2011 no qual se teve de assumir compromissos que vinham de trás, contratos que foram feitos, por exemplo com dois anos e que terminaram grande parte deles durante o primeiro semestre de 2011, aí sim, houve um continuar do aumento da dívida, em relação ao segundo semestre já nada disto aconteceu, agora a média que está a dar ainda não agrada absolutamente nada. Contudo, os tão falados contratos de outsourcing, a diferença entre dezembro de 2010 e janeiro de 2012, uma diferença de 11 419 euros/mês, houve uma redução, há redução também nos seguros, nos telemóveis, entre outros. Os cortes que a Autarquia está a sofrer são grandes, as despesas também são outras e por isso tem de haver racionalidade em tudo aquilo que se faz. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo-se ao requerimento que a bancada do PS apresentou, dizendo que se a Câmara tinha razão, ainda bem que assim foi, mas é preciso não esquecer que quem ali está para ser fiscalizado é a Câmara Municipal não é a Assembleia nem os seus





## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

deputados. Fez referência também ao outsourcing, o qual é um assunto muito interessante, dizendo que o outsourcing na Câmara Municipal de Sardoal, só não vê quem não quer, tem servido para tudo e mais alguma coisa, nomeadamente para ter pessoas ao serviço da Autarquia independentemente da pessoa ou da entidade de quem são colaboradores ou de quem lhes paga o ordenado, mas sempre foi uma forma que a Câmara usou para ter este expediente, ou tem usado este expediente ultimamente com muita frequência e, chegou-se ao cúmulo de, quando se vai ver quem são os sócios destas empresas que prestam serviço de outsourcing à Câmara descobrimos coisas muito interessantes, não nomeando pessoas, mas quem estiver interessado nesta informação pode tê-la porque hoje em dia na internet está tudo disponível e é verdade que há coisas que nos espantam a todos e há serviços que supostamente foram prestados e, dos quais tem muitas dúvidas, mas, ainda está a tempo e irá fazê-lo com alguma brevidade, pedir esclarecimentos sobre alguns serviços que foram prestados porque são de tal forma descabidos. Na sua opinião e não vê o que é que pode ter sido feito, mas de facto a política de outsourcing que a Câmara tem desenvolvido peca pelo excesso de clientelismo que tem demonstrado e, felizmente ou se calhar infelizmente, para algumas pessoas, porque veio a Troika e a crise, mas o que é certo é que de facto tem de se voltar a colocar os pés na terra e voltar aquilo que é essencial e deixar os clientes partidários de lado. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo solicitando um esclarecimento sobre a questão das contas, relativamente às dívidas de terceiros em que se constata que em um ano as dívidas de terceiros aumentaram mil e setecentos por cento, querendo saber quem é que deve dinheiro à Câmara, provavelmente a Câmara ainda está à espera do milhão e tal da Barragem da Lapa, estando à espera de ver o cheque nas mãos do Senhor Presidente há quatro anos, desde que foi assinado o contrato-programa com a Águas do Centro e, se calhar ainda se vai esperar mais quatro anos. -----

Continuou o Senhor deputado referindo a Informação do Senhor Presidente, que a Câmara Municipal tem apoiado os lagares de azeite para ajuda ao escoamento dos seus produtos, querendo saber que tipo de ajuda é que a Câmara Municipal tem dado aos agares de azeite que não conhece. Gostaria também de saber que assuntos relevantes e que desenvolvimentos relevantes foram discutidos com o Senhor Secretário de Estado aquando da conversa havida. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo não concordar com a análise do Senhor deputado Adérito Garcia sobre o outsourcing, que são fundamentais para o funcionamento do município e que a Câmara não pode, neste momento procurar os serviços de outra forma, não é permitido. O outsourcing



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

existe para ser utilizado. Para que o processo da Barragem da Lapa termine, está em falta o acordo concedente das águas e este acordo concedente é o Estado e de acordo com o que foi dito pela Águas do Centro o mesmo está para breve e só depois desse acordo é que será feita a transferência bancária. Sobre os arruamentos aguarda-se a aprovação definitiva para adjudicação da empreitada de Panascos, só que entretanto por falta de verba, soube-se naquele dia que iria ser transferido para o POVT o que implica ter de se fazer o projeto todo de novo. -----

Relativamente à questão colocada sobre o Senhor Secretário de Estado, a Câmara levou todas estas questões, inclusivamente esta do bloqueio que a Câmara encontrou de transferência do projeto do Maiscentro para o POVT, porque há mais de um ano que se espera que o Estado tome uma decisão neste sentido. Falou-se também sobre o Parque Escolar e a necessidade da requalificação do mesmo no Sardoal e, no dia 15 irá haver uma reunião com o Secretário de Estado da Educação da reforma educativa para precisamente, se tentar sensibilizar para a necessidade de requalificação do Parque Escolar. Conta-se também com a visita durante a próxima semana do Senhor Diretor Regional para visitar as instalações da escola, para assinatura do acordo relacionado com as bibliotecas escolares, o qual já tinha sido aprovado em reunião de Câmara no passado mês de agosto, mas entretanto como houve alteração do Diretor Regional, agora tem de ser reassinado pelo novo Diretor Regional. -----

Sobre os Lagares de Azeite, existe um protocolo assinado pelo Município e pelos Lagares há já alguns anos, em que a Câmara colabora com transporte para as lagoas de evaporação das águas ruças. -----

Referiu ainda o Senhor Vice-Presidente da Câmara que se falou com o Secretário de Estado sobre a questão das freguesias e foi entregue o documento elaborado pelo Grupo de Trabalho no qual está manifestada a posição contra a extinção das freguesias. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo sobre a tranche do milhão de euros, é que, das duas uma, ou se recebe essa tranche e durante os trinta anos de contrato ninguém vai mais ter direito a rendas pela utilização das instalações já existentes que seriam devidas pela Águas do Centro à Câmara Municipal ou então, alguém vai ficar prejudicado, ou seja, os executivos e as gerações que se seguirão, se a Câmara Municipal neste momento receber esse valor vão ficar prejudicadas porque não vão beneficiar, vão só pagar não vão receber renda nenhuma. -----

O Senhor Vice-Presidente referiu não ser de todo verdade o que o Senhor deputado estava a dizer, porque há rendas que vão ser pagas e continuam a ser pagas, no mês de dezembro a Câmara recebeu sessenta mil euros de rendas da Águas do Centro e irá continuar a recebe-las durante os trinta anos.



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

Na verdade ficou acordado que à cabeça, viria o milhão de euros e nunca ninguém desmentiu, aliás, a Câmara já enviou a fatura e, além do milhão de euros, está a debitar-se também juros desde o primeiro dia em que começou a exploração a água na Barragem da Lapa. Disse ainda o Senhor Vice-Presidente que na última reunião havida com a Águas do Centro, tratou-se da revisão do contrato tendo em conta os Censos de 2011. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras referindo que em relação à contratação de empresas pelo município, parece-lhe ser uma forma em que é quase obrigado pela Administração Central, de forma a poder executar determinados serviços, mas colocar isto em causa desta forma coloca em causa também as empresas do concelho que empregam pessoas do concelho e que estão ao serviço de toda a população, até os hospitais utilizam o outsourcing. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, dizendo que de facto o outsourcing é uma ferramenta utilizada inclusive nas empresas, a grande questão que se coloca é a forma como se utiliza, se utiliza bem ou se utiliza mal, se utiliza para contratar serviços que efetivamente fazem falta ou se utiliza para dar resposta a clientelas partidárias, nomeadamente a empresas que são criadas poucos dias antes de serem assinados alguns contratos, que, daquilo que se percebe, a única clientela que têm é o Município de Sardoal. Não é difícil encontrar duas ou três ou quatro, para prestar serviços de necessidade duvidosa, não referindo que serviços são esses, mas tem algumas bem inventariadas, sócios inclusive, que por curiosidade e, sem querer ferir suscetibilidades de ninguém, mas uma grande maioria fizeram parte ou fazem das listas ou dos eleitos do PSD. -----

Interveio o Senhor Presidente da Mesa para dizer que se torna difícil conversar com tantas insinuações abstratas, pois quando se pega num determinado assunto, deve-se pegá-lo de forma inteira e não deixar tantas insinuações no ar e se quiser discutir o assunto que o discuta profundamente. -----

Interveio o Senhor deputado Anacleto Batista chamando a atenção do Senhor deputado Adérito Garcia, pois constitui crime grave num órgão político estar a tecer considerações e, como que a levantar calúnias sobre pessoas, que neste momento não estão presentes para se defender e que efetivamente ou utiliza as coisas por completo, ou então cala-se, porque de outro modo pode efetivamente ter uma queixa-crime por abuso daquilo que não lhe está cometido nem sequer num órgão político. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que como tinha dito no início do assunto outsourcing irá tratar oportunamente dos requerimentos que entender tratará do assunto na Assembleia com toda a informação, não aproveitando uma deixa que o Senhor Vice-Presidente deixou para



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

introduzir o tema, ou seja, quando tiver toda a informação que necessita ter à sua frente, terá a oportunidade para pedir que o assunto seja introduzido na ordem do dia. -----

### **2. Relatório de Atividades – CPCJ - 2011;**

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que o facto de ser Presidente da CPCJ não é um cargo por inerência do Município, o Presidente da CPCJ é eleito dentro dos membros da Comissão Alargada, por isso quem vai falar é o Presidente da CPCJ. Não se pode considerar que existam casos muito complicados ou, felizmente não se têm revelado casos complicados, mas o que quer deixar bem expresso é que neste momento, a CPCJ está a constituir-se como parceira das próprias famílias e o que tem acontecido e, o que sempre defendeu que devia ser o papel da CPCJ é que as famílias entendam a CPCJ e a reconheçam como alguém que está para os ajudar nos problemas que têm e assim tem sido, felizmente, algumas sinalizações que são feitas à CPCJ são feitas pelos próprios familiares a pedir ajuda. Esta é uma ideia importante pois como os Senhores sabem a ideia que se tinha e que se tem ainda das CPCJ's, é que é alguém que entra pela casa a dentro para ver se as pessoas têm tudo arrumado e se têm as coisas em condições e alguém que tira os filhos e isso não é verdade. É verdade que o que faz notícias são estes casos, mas felizmente as CPCJ's por este país têm tido casos de sucesso e a do Sardoal também. Tem também alguns casos que continua a acompanhar, neste momento tem dezasseis processos abertos, o ano passado tinha 21, ou seja, já foram encerrados 5 este ano, o que tem acontecido com frequência é isso mesmo, pais que têm alguma dificuldade em contribuir com o essencial para os seus filhos, ou porque ficaram sem emprego ou sem habitação. Tem acontecido também situações de casos que neste momento não sendo preocupantes, a CPCJ acompanha, porque entende que aquela família se não tiver um acompanhamento permanente, se não tiver uma "vigilância" continuada corre o risco de voltar a ter os problemas anteriores, daí haver só 15 processos. A CPCJ tem uma boa articulação com os parceiros e conta também com alguma frequência, com a presença do Senhor Procurador, que também faz parte da Comissão acompanhando-a e avaliando-a. -----

Interveio o Senhor deputado Manuel Paulo questionando sobre "número de solicitações em regime de permanência", tendo o Senhor Vice-Presidente respondido significar que não existiu nenhuma solicitação de urgência à GNR, às Forças Policiais, casos em que a CPCJ tivesse que intervir urgentemente e na hora, com o acompanhamento de permanência nestes casos. -----



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, não conhecendo com muito detalhe e conhecendo só algum trabalho visto muito de fora e de muito longe, reconhece que o trabalho tem sido muito bem desenvolvido e como deve de ser e, nestes momentos também se deve saber dizer. Os recursos como já foi falado, são sempre escassos, faltando sempre uns telemóveis, uns veículos para deslocação, tem de haver sempre alguma imaginação para gerir estas situações, os próprios horários em que as visitas às famílias são efetuadas nem sempre são compatíveis com a utilização de transportes públicos ou transportes apoiados pelo município. Em suma, o Senhor deputado quer reconhecer o trabalho e o mérito dos membros desta Comissão, porque de facto os resultados enfim, ainda que muitas vezes algumas pessoas não concordem, não se sentem agradadas por ele, mas na sua opinião o trabalho tem sido bem feito e em defesa sobretudo das crianças. -----

Interveio o Senhor Presidente da mesa para reforçar a última parte da intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia que é dar o louvor às pessoas que participam na CPCJ, pois é daqueles cargos que não tem qualquer tipo de vantagens a não ser a satisfação pessoal ou por participar numa Comissão que tem um fim tão nobre e de facto é de louvar que hajam pessoas que deem o seu trabalho e, situações ao nível da Comissão Restrita é necessário bastante trabalho e dedicação e de facto é importante que ainda assim hajam pessoas a participar nestas Comissões. -----

### **3. Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso;**

Interveio o Senhor deputado Manuel Serras referindo ser hábito quando acontece uma crise que as coisas se dupliquem ou tripliquem e em relação ao Cartão do Idoso, deveria fazer-se um reparo, na sua opinião, talvez estudar-se e fazer-se um levantamento a nível do Concelho não só para os idosos mas também para outras pessoas que muitas vezes passam mais dificuldades que os idosos e, no Concelho está a acontecer uma situação que é, pessoas que até aqui tinham um contributo social em relação à sua vida ativa como profissionais em que entraram ou vão entrar em situação de desemprego, os desempregados e, a nível de Concelho, pelo que sabe, ainda não foi feito nada neste sentido de colmatar talvez o não receber nada, enquanto um idoso com 65 anos por muito pequena que seja a sua pensão tem sempre um contributo. Na sua opinião, até a nível das famílias, que estão metidas nestas situações há problemas mais graves que os idosos. Fala em relação aos idosos porque, quando se fala em pensões baixas também se esquecem que um idoso recebe da pensão, foi o que ele nunca contribuiu a sua vida ativa toda, enquanto um desempregado que tenha 45 anos de idade e que trabalhou desde os 16 até aos 35, já contribuiu 30 anos, enquanto este desempregado ao esgotar o seu



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

social de desemprego muitas vezes vai recorrer ao RSI e também não vai ser abrangido e, aqui começam a ver-se as dificuldades que um agregado de quatro pessoas vai ter, porque se a esposa ganhar 485€ que é o ordenado mínimo nacional e que depois dos descontos fica em 367€, não terá direito ao RSI, porque depois também tem direitos aos apoios sociais para os filhos, que é o caso das prestações familiares, que vão ser calculadas para o mesmo fim. Foi dito aqui quando se falou nos apoios que iriam ser dados às famílias, no caso dos carenciados em que a Câmara, ao calcular o rendimento per capita de cada pessoa do agregado familiar em 207€, está talvez, a ultrapassar um bocadinho aquilo que é norma nacional que é o caso da pensão social que é 201,20€, portanto, acha que, todas estas situações metidas num bolo, talvez neste momento, deve ser dado água a 30% de desconto a um idoso mas havia de se ver o tal dito desempregado ou a tal dita família que tem determinados encargos, não havia de ser 30% havia de ser 40% e aí é que as situações começam talvez a derrapar porque, sabe-se que um idoso quando chega uma a uma certa e determinada valência pode ter outros apoios sociais, pode ter o complemento solidário para idosos, pode ter o complemento de pendência tudo isto agregado ele vai conseguir ter um rendimento, que um desempregado hoje, que leve 419,20€ que é o indexante dos apoios sociais de desemprego não vai conseguir ter mais nada e, ele se tiver uma reforma de 274€ com mais 90€ do complemento solidário para idosos com mais do complemento social fica igual ao desempregado, o desempregado tem a família, tem os filhos que têm as prestações sociais, a mulher não leva nada, os idosos se forem dois levam à volta de seiscentos e tal euros. Acha que a situação não deve ser feita de ânimo leve, com a apresentação única e simplesmente só dos cupões do IRS que são enviado pelo CNP ou pela Caixa Geral de Aposentações, mas sim o rendimento real da família, e neste, os dados têm de ser cruzados com as finanças e aí a coisa tem de bater certa pois no caso do desempregado ele fica em pior situação, em piores circunstâncias. É a favor do Cartão do Idoso mas acha que deveria ser feito um estudo mais profundo e, até no caso dos apoios sociais, há que ter cuidados porque tem-se apercebido que a crise provoca a criação de tudo e mais alguma coisa, há apoios sociais que são atribuídos a nível do Estado, outros atribuídos a nível das Cáritas e outros atribuídos a nível dos Municípios e, depois acontece que muitas vezes nesses apoios sociais, é sempre a mesma pessoa a levar e aquele que por vezes tem a vergonha em casa e não quer lá ir, não vai levar nada e esse individuo acaba por ter os benefícios em duplicado em relação ao outro que é necessitado. -----



## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

Interveio o Senhor Vice-Presidente referindo que os apoios sociais não são só para os idosos, a Câmara tem apoios sociais para famílias cujo rendimento per capita seja inferior a 272€, não necessitam de ser idosos e tem outras situações também em que, por exemplo, no Jardim de Infância, existe a componente de apoio à família, em que basta que a pessoa esteja dois meses na situação e desemprego para passar do escalão onde pagava 20€ para o escalão mais baixo onde passa a pagar apenas 1 euro, isso quer dizer que a Câmara está atenta a estas situações. Em relação por exemplo aos idosos, foi feita a alteração precisamente ao Regulamento na última Assembleia Municipal, porque o que conta, não é os talões da segurança social, mas é a nota de liquidação do IRS, por isso se passou de janeiro para julho, porque em julho já todos têm disponíveis a nota de liquidação do IRS. Aconteciam situações de pessoas que entregavam o IRS e sabia-se que se calhar tinham outras atividades paralelas e então começou a pedir-se a nota de liquidação porque é um documento mais rigoroso. O que o Senhor deputado disse é verdade mas os números são mesmo assim. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia, que referiu concordar com o que disse o Senhor deputado Manuel Serras e de facto, só para se ter ideia do que é o multiplicar de apoios de várias entidades à mesma família, o que não quer dizer que não haja famílias de facto necessitadas, mas houve um natal destes, em que uma família carenciada ou sinalizada em Alcaravela, recebeu no Natal qualquer coisa como 60 quilos de arroz, se todos olharem para as suas famílias, vê-se as pessoas que são e se se estimar o arroz que se consome em suas casas num ano inteiro, consegue-se perceber, enfim há boa vontade de todas as entidades e não é isso que está em questão, o que lhe parece é que deveria de haver uma coordenação, não sabe qual a forma, para evitar casos destes. -----

Sobre a questão dos idosos gostava que o Senhor Vice-Presidente voltasse um bocadinho atrás, àquela proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, questionando se chegou a ser feita alguma análise, se chegou a ser feito algum estudo por parte dos técnicos da Câmara, conforme foi assumido na data em que foi apresentada aquela proposta, sobre quantos idosos é que seriam abrangidos pela proposta de subsídio de medicamentos ou se a razão da rejeição da proposta, 15 dias depois e não um mês depois, conforme tinha sido previamente acordado, foi meramente política. --

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente referindo que foi claramente uma rejeição política. Referiu também não ter sido a Câmara Municipal a dar 60 quilos de arroz, lembrando que houve uma altura que foi manteiga. A Câmara no seu plano de ação propõe uma proposta de revisão à Segurança Social do Programa de Apoio Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados no âmbito da entidade





## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

distribuidora, considerando que no âmbito deste programa deveria o Município ter um papel crucial na distribuição da ajuda alimentar à semelhança do que acontece com outras regiões e com outras entidades. Existe essa proposta no sentido de a Câmara também se constituir como parceira na distribuição desses produtos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Anacleto Batista para referir que quando essas ajudas começaram a ser distribuídas, foi solicitado pela Segurança Social à Misericórdia se queria ser parceira na distribuição e, porque se tratava de facto para famílias carenciadas nos três primeiros anos era a Instituição em si que fazia a listagem das pessoas que efetivamente eram carenciadas e, aconteceu num ano, ter sido solicitada para fazer distribuição, mas mediante as listas da Segurança Social por imposição do governo de então e, verificou-se precisamente o que o senhor deputado acabou de dizer, havia agregados familiares que por força do número de pessoas que lá vinham tinham, recebiam 30, 40, 50, 60 quilos de açúcar ou de farinha e, os prazos de validade de alguns não davam a possibilidade de os consumir. Faz parte da Comissão de Acompanhamento dos Acordos de Cooperação por força do lugar que ocupa no Secretariado Regional os Distrital da União das Misericórdias Portuguesas e este assunto foi levantado diversas vezes com a Senhora Diretora e foi dito abertamente que não se podia continuar assim pois estava-se a patrocinar algo que é contra natura daquilo que deve ser, está a ajudar-se carenciados que depois não têm carenciados, inclusive alguns já não tinham caçadores que quisessem comprar arroz pois já tinham arroz a mais para os cães que tinham e, a resposta da Senhora Diretora foi que não podia alterar a lista porque vem de Lisboa, tendo sido dito para se reclamar para o Senhor Secretário de Estado, o qual respondeu que, se não queria fazer a distribuição da lista, o dissesse e cortava-se a instituição. -----

De acordo com o atual Diretor do Instituto de Segurança Social, tem intenção de propor a distribuição atempada para serem consumidos em tempo normal e em harmonia com o que são as necessidades, que são fundamentalmente deixar as instituições locais, elas próprias a fazer a deteção daqueles que são carenciados em silêncio e que têm vergonha de pedir e dizer que têm fome. -----

Sobre a proposta feita pelo Partido Socialista, gostaria de fazer duas considerações que nada têm a ver com o que a Câmara fez. Quando leu os números ficou desiludido mas depois ficou estarecido. O Dr. Álvaro Passarinho, que já não está nesta vida, tinha uma reforma bastante elevada, na proposta teria direito a ir à Câmara buscar medicamentos de graça e isto é uma afronta para quem tem duzentos euros por mês, se ficasse salvaguardada a exceção, com certeza, até concordaria com ela, mas não





## Assembleia Municipal de Sardoal

Reunião Ordinária de 28 de fevereiro de 2012

Ata nº 1/2012

salvaguardando exceção nenhuma, 54% com mais de 80 anos, 75% com mais de 85 anos e 100% com mais de 90 anos, sem distinguir efetivamente quais os rendimentos que vão estar à cabeça para esse efeito tem de considerar que é uma afronta feita àqueles que efetivamente não têm condições nenhuma para terem medicamentos que deviam ter todos de graça. -----

Uma proposta apresentada nestes termos iria provocar um grande descrédito em muita gente que ainda pode confiar no Partido Socialista. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia sobre a proposta que o Senhor deputado Anacleto Batista acabou de falar gostaria de dizer que tanto quanto lhe foi dado a perceber pois falou com as pessoas que fizeram a proposta, em situação alguma foi fechada a porta para que a mesma fosse melhorada e o que tão somente foi feito, foi por parte dos membros da Câmara Municipal do PSD, solicitado para que o assunto fosse discutido no prazo de um mês, para que os serviços da Câmara pudessem emitir parecer e antes destes trinta dias acontecerem, ou seja quinze dias depois, na reunião imediatamente seguinte, confirmou o Senhor Vice-Presidente há poucos minutos, sem qualquer parecer dos serviços que a proposta foi rejeitada politicamente. Nem sequer houve intenção sequer de a analisar, quanto mais de fazer contra proposta ou propor correções ou introdução de qualquer mecanismo de controlo ou de filtragem de quem teria direito a estes apoios. -----

Posto o assunto a votação e considerando a alínea a), do nº. 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar a Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal do Idoso.-----

De acordo n.º 3 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta**, a deliberação tomada. -----

### Período de Intervenção do Público

Sem intervenções. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte um uma horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_